



MEDIBROKER – CORRETOR E CONSULTOR DE SEGUROS, SA.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO REFERENTE AO ANO 2016

No cumprimento da lei e dos estatutos da empresa, a administração da MEDIBROKER – CORRETOR E CONSULTOR DE SEGUROS, SA., apresenta aos senhores Accionistas o relatório de gestão correspondente à actividade desenvolvida durante o ano 2016.

1 INTRODUÇÃO

A evolução dos negócios da nossa empresa durante o ano de 2016, decorreu num contexto de forte dinamismo comercial, traduzido num crescimento da receita gerada em 8,46% face ao ano anterior.

Da importante reestruturação concluída em 2014 e que ajustou o quadro de pessoal ao volume da carteira gerida resultou uma redução significativa da estrutura de custos que robusteceu a capacidade da MEDIBROKER em gerar resultados positivos. Em 2016 os custos totais da empresa apresentaram um crescimento de 7,02%, quando comparados com 2015.

A taxa de crescimento dos custos totais, inferior á taxa de crescimento do volume de negócios em comparação com o ano de 2015, é fortemente influenciada pelo crescimento das amortizações de activos fixos tangíveis e intangíveis.

Terminamos o ano de 2016 com os seguintes indicadores de desenvolvimento comercial:

A MEDIBROKER, geria, em 31 de Dezembro de 2016 a carteira de seguros de 793 empresas e 1.862 clientes particulares (maioritariamente ligados às empresas nossas



clientes). No segmento empresas acrescentamos em 2016, 57 novos clientes, ou seja crescemos 7,74% em número de clientes.

Durante o ano de 2016 celebramos 954 novos contractos de seguro, num montante de prémios totais que ultrapassou os 741 mil euros e que mantem o mesmo nível de captação de negócio novo, que a MEDIBROKER registou em 2015.

2 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1 PROVEITOS

A actividade de corretagem de seguros a que a nossa empresa se dedica em exclusividade ficou marcada no exercício de 2016 pela evolução das receitas geradas e efectivamente cobradas, expressa no quadro abaixo

(valores em euros)

ANO	RECEITAS	TAXA DE EVOLUÇÃO
2016	764.158,22	8,46%
2015	704.578,97	

A MEDIBROKER procede à colocação e gestão dos contratos nas seguradoras que a todo o momento apresentam uma oferta que, ao nível do binómio qualidade/preço, se revela como a mais adequada à satisfação das expectativas dos clientes. Por tal facto e no sentido de também poder dispor de uma ampla cobertura das tendências do mercado segurador a MEDIBROKER operou em 2016, numa base regular, com 29 companhias de seguros presentes ou representadas em PORTUGAL.

Por outro lado a MEDIBROKER tem executado um programa consistente de dispersão da carteira de seguros sob a nossa gestão, por um número de seguradoras, adequado a que, com independência perante as mesmas, possamos oferecer em permanência aos nossos clientes propostas competitivas.

2.2 CUSTOS

Os custos correntes da nossa empresa apresentaram, face ao período anterior a seguinte evolução:

(valores em euros)

RUBRICA	2016	2015
FSE e SUBCONTRATOS	174.377,87	162.555,45
CUSTOS COM PESSOAL	426.116,73	417.671,03
CUSTOS FINANCEIROS LIQUIDOS	7.158,36	14.796,57
OUTROS CUSTOS E GANHOS	92.493,26	59.199,88
TOTAL DE CUSTOS	700.146,22	654.222,93

Tendo os custos apresentado um acréscimo de 45.923,29 euros (5,11%) face ao ano anterior.

2.3 INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

2.3.1 INVESTIMENTOS

O ano foi pautado pela baixa exigência de afectação de recursos à execução de investimentos, tendo estes sido caracterizados como pontuais e centrados na substituição de uma viatura afecta á actividade comercial.

3 SITUAÇÃO FINANCEIRA

Reduziu-se em 55.925,00 euros, ou seja 27,9%, face ao ano anterior, o montante utilizado de financiamento bancário a curto e médio prazo que em 31 de Dezembro de 2016 totalizava 144.519,10 euros.





A nossa empresa manteve um elevado padrão qualitativo no cumprimento atempado de todos os seus compromissos financeiros, e por tal motivo as relações com os seus parceiros de negócio, em especial as companhias de seguros e os bancos foram desenvolvidas de uma forma compatível com as necessidades inerentes ao crescimento da nossa actividade. Desde 1 de Abril de 2007 que a MEDIBROKER dispõe da “conta clientes”, domiciliada no Banco Popular, onde recolhe todos os fundos de clientes por si recebidos e destinados à entrega as seguradoras com quem opera.

4 RESULTADOS

O resultado das operações da MEDIBROKER em 2016, traduziu-se por um lucro antes de impostos no montante de 64.012,00 euros e que após impostos são de 39.270,56 euros.

O Administrador único propõe aos Srs. Accionistas que o Resultado Líquido seja aplicado como segue:

Em Resultados Transitados	36.837,24 euros
Reservas Especiais – Dedução por lucros Retidos e Reinvestidos	2.433,32 euros

5 PERSPECTIVAS FUTURAS

A MEDIBROKER mantém, permanentemente, o propósito de conquista de uma posição de mercado cada vez mais saliente baseada na captação de novos clientes empresariais e crescimento da sua base de clientes.

A MEDIBROKER procede à avaliação permanente dos resultados do seu programa de crescimento e sustentação do negócio tendo executado em 2014 ajustamentos na sua estrutura operacional e dos recursos afectos, eliminando áreas operacionais que revelaram um contributo insuficiente para os objectivos de crescimento e rentabilidade a que nos propusemos. Esses ajustamentos contribuíram para a forte evolução da rentabilidade da empresa verificada em 2015 e 2016.



Nesta data formamos a convicção de que em 2017, continuaremos com a melhoria da eficiência na utilização dos recursos afectos, perspectivando um crescimento relevante do volume de negócios.

6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde a data a que reportam as Demonstrações Financeiras e o momento actual, não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.

7 OUTRAS DECLARAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

De acordo com o disposto na alínea d) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a sociedade não adquiriu ou alienou acções próprias durante o exercício de 2016, pelo que o número destas, à data do encerramento era nulo.

Uma palavra de apreço às seguradoras com as quais, independentemente de base de negócios existente, mantivemos ou encetamos parcerias que permitiram concretizar uma estratégia de conquista de novos clientes.

Terminamos endereçando os nossos agradecimentos a todos os colaboradores que estão connosco, pela forma como acolheram os desafios que a empresa assumiu.

Gaia, 27 — 02 — 2017

O Administrador

MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S.A.
BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016



UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3.7;8		97 118,04	95 084,48
Propriedades de investimento				
Goodwill				
Ativos intangíveis	3.8;7		114 134,65	127 244,02
Ativos biológicos				
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial				
Outros investimentos financeiros			503,70	273,75
Créditos a receber	3.3.1;3.17;6		5 344,67	4 227,37
Ativos por impostos diferidos				
			217 101,06	226 829,62
Activo corrente				
Inventários				
Ativos biológicos				
Clientes	3.3.1;15.1		39 001,49	50 491,45
Estado e outros entes públicos	16.1			6 701,45
Outras créditos a receber	3.3.1;3.4;15.1		52 225,06	50 266,68
Diferimentos	3.4;16.2		7 382,25	7 376,85
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	3.3.2;4		262 678,39	154 640,02
			361 287,19	269 476,45
			578 388,25	496 306,07
Total do Ativo				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito			50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prêmios de emissão				
Reservas legais			10 000,00	10 000,00
Outras reservas			71 413,08	64 178,60
Resultados transitados			-61 747,26	-85 132,52
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos / outras variações no capital próprio				
Resultado líquido do período			39 270,56	30 619,74
Interesses que não controlam				
Total do capital próprio	15.4		108 936,38	69 665,82
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos	3.3.4;9;15.2		11 768,50	10 444,01
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos				
Outras dívidas a pagar				
			11 768,50	10 444,01
Passivo corrente				
Fornecedores	15.3		5 580,02	6 925,25
Adiantamentos de clientes	15.1;3.3.1		1 340,72	3 978,80
Estado e outros entes públicos	16.1		35 602,41	25 168,36
Financiamentos obtidos	3.3.4;9;15.2		132 750,60	190 000,00
Outras dívidas a pagar	3.3.3;3.4;3.12;15.3		282 409,62	190 123,83
Diferimentos				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
			457 683,37	416 196,24
			469 451,87	426 640,25
			578 388,25	496 306,07
Total do passivo				
Total do capital próprio e do passivo				

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	12;20	764 158,22	704 578,97
Subsídios à exploração			210,30
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16.4	-174 377,87	-162 555,45
Gastos com o pessoal	3.16;3.17;6	-426 116,73	-417 671,03
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11	-18 629,85	-15 089,16
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor		2,31	-21,80
Outros rendimentos	16.3	808,60	339,40
Outros gastos	16.6	-41 799,99	-24 432,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104 044,69	85 358,78
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.7;3.8;7;8	-32 874,49	-20 206,17
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		71 170,20	65 152,61
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	3.6;10	-7 158,20	-14 796,57
Resultados antes de impostos		64 012,00	50 356,04
Imposto sobre o rendimento do período	3.2;14	-24 741,44	-19 736,30
Resultado líquido do período		39 270,56	30 619,74
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básico	18	0,79	0,61

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	N	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrument. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2015		50 000				10 000	61 316	-85 100			3 394	39 610		39 610
Alterações no período														
1ª Adopção Referencial Contabilístico														
Alt. Políticas Contabilísticas														
Dif.Conv.Demonstrações Financeiras														
Real.Exc.Rev.Act.Fixos Tangíveis/Intangíveis														
Exc.Rev.Act.Fixos Tangíveis/Intangíveis														
Ajust.Impostos Diferidos														
Outras Alt. Reconhecidas em Capital Próprio							2 861	-532			-3 394			
Resultado líquido do período							2 861	-532			-3 394			
Resultado Integral														
Oper.c/detentores de cap.próprio no período														
Subscrições de capital														
Subscrições de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no fim do período 2015		50 000				10 000	64 178	-85 132			30 619	69 665		69 665
Alterações no período		50 000				10 000	64 178	-85 132			30 619	69 665		69 665
1ª Adopção Referencial Contabilístico														
Alt. Políticas Contabilísticas														
Dif.Conv.Demonstrações Financeiras														
Real.Exc.Rev.Act.Fixos Tangíveis/Intangíveis														
Exc.Rev.Act.Fixos Tangíveis/Intangíveis														
Ajust.Impostos Diferidos							7 234	23 385			-30 619			
Outras Alt. Reconhecidas em Capital Próprio							7 234	23 385			-30 619			
Resultado líquido do período											39 270	39 270		39 270
Resultado Integral											8 650	39 270		39 270
Oper.c/detentores de cap.próprio no período														
Subscrições de capital														
Subscrições de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no fim do período 2016	15.4	50 000				10 000	71 413	-61 747			39 270	108 936		108 936

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		760 183,42	693 049,21
Pagamentos a fornecedores		173 034,98	165 947,67
Pagamentos ao pessoal		361 329,06	343 775,60
Caixa gerada pelas operações		225 819,38	183 325,94
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-10 214,80	-8 322,42
Outros recebimentos / pagamentos		-21 476,76	-114 470,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		194 127,82	60 533,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1 929,58	7 118,92
Ativos intangíveis		503,74	970,72
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 000,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		566,68	-8 089,64
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		205 000,00	280 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		283 355,13	355 910,24
Juros e gastos similares		8 301,00	14 796,57
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-86 656,13	-90 706,81
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		108 038,37	-38 262,94
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		154 640,02	192 902,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.3.2;4	262 678,39	154 640,02

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



NOTAS ÀS CONTAS PARA O PERÍODO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

Excepto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em euros.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A sociedade **MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S. A.** (adiante designada apenas por Medibroker) é uma sociedade anónima, com sede na Rua Diogo Macedo, n.º 114, salas A e B, freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, concelho de Vila Nova Gaia, pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova Gaia, sob o n.º 501.108.530, tendo como actividade principal de actividades de mediadores de seguros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC (Sistema de Normalização Contabilística), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2016.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Medibroker, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras, são apresentadas na Nota 3.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), conforme as disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, alterado pelo Aviso 8256/2015, de 29 de Julho.

2.3. Classificação dos activos e passivos

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.4. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, comparáveis com os do período anterior, à exceção das rubricas Activos Intangíveis e Gastos/reversões de depreciação e de amortização conforme descrito na nota 5.1.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e são a seguir apresentadas.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Medibroker, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis tendo em conta a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado com base no método da responsabilidade do balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.



3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros na Medibroker classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

3.3.1 Clientes e dívidas a receber

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados do período em que sejam reconhecidas.

3.3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.3.3 Dívidas a pagar

As dívidas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

3.3.4 Financiamentos obtidos

Os empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo). Pontualmente poderão ocorrer situações de mensuração pelo método do custo amortizável (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva), desde que o impacto financeiro decorrente dos diferimentos de pagamento seja considerado material. Tais transacções e saldos serão objecto de divulgação apropriada.

3.4. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Medibroker regista as suas receitas e despesas de acordo com o regime do acréscimo pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

3.5. Provisões, activos e passivos contingentes

Sempre que a Medibroker reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

3.6. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.7. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Medibroker espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.8. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.9. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

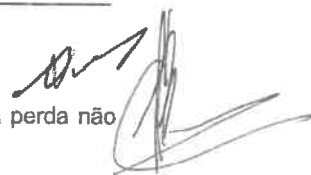
Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Medibroker com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e

efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



3.10. Gestão do risco

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre um a seis meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais Clientes são entidades sem risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito. Optou-se por directrizes mais rígidas na atribuição de crédito.

3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis
- Análises de imparidade, nomeadamente de activos intangíveis e de créditos a receber

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.12. Férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito até 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades, quando existem, são registadas no período em que todos os colaboradores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar à data da demonstração da posição financeira, relevado na rubrica de valores a pagar correntes.



3.13. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.15. Alteração de políticas, estimativas e erros fundamentais

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

3.16. Partes relacionadas

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afectar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, accionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

3.17. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento
- b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego.
- c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos
- d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Numerário	3 030,12	20 559,71
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	259 648,27	134 080,31
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	262 678,39	154 640,02

Disponibilidades constantes da Demonstração da Posição Financeira:

Depósitos bancários	259 648,27	134 080,31
Caixa	3 030,12	20 559,71
	262 678,39	154 640,02

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS E ERROS

5.1 Aplicação inicial de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

Todas as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicadas no período de relato foram-no desde o período comparativo. No período de reporte não houve, assim, necessidade de aplicar pela primeira vez uma nova norma contabilística e de relato financeiro. Não obstante, em virtude das alterações resultantes do DL 98/2015, de 2 de Junho, nomeadamente da NCRF 6 – Activos Intangíveis, a qual passou a prever que os activos intangíveis com uma vida útil indefinida devem ser amortizados num período máximo de 10 anos, no período, a empresa procedeu à amortização das carteiras de clientes reconhecidos em Activos intangíveis. Conforme previsto no parágrafo referente à data de eficácia da referida norma, as entidades aplicam as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período.



Quantias não comparáveis:

	31/dez/16	31/dez/15	Diferença
Ativo			
Ativo intangível			
Valor Bruto	124 759,58	124 759,58	0,00
Amortização do exercício	12 475,96	0,00	12 475,96
Quantia escriturada	112 283,62	124 759,58	-12 475,96
Demonstração dos resultados			
Amortização do exercício	12 475,96	0,00	12 475,96

5.2 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas ou estimativas

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5.3 Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reconhecidos, por inexistentes, erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Medibroker é controlada pela Aviz Invest - Gestão Imobiliária, S. A. que detém 100% do capital da empresa.

Não ocorreram no exercício, nem no anterior transações entre partes relacionadas.

Os saldos finais de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 com partes relacionadas são como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Saldos pendentes entre partes relacionadas	Saldos	Saldos
Empresa mãe-Aviz Invest		
Acionistas	5 344,67	4 227,37
Total	5 344,67	4 227,37

Remunerações do pessoal-chave da gestão



Descrição	2016	2015
Benefícios de curto prazo	64 400,61	64 516,15
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamento com base em ações		
Total	64 400,61	64 516,15

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) As amortizações do período foram calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização:

Activos intangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	6 anos	16,67%
Carteira de clientes	10 anos	10%

b) Os elementos do ativo intangível são amortizados pelo método da linha reta.

c) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf.\Abate	Saldo final
Activos intangíveis					
Programas de computador	59 592,02	970,72			60 562,74
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	124 759,58				124 759,58
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	193 625,35	970,72			194 596,07
Depreciações					
Programas de computador	55 330,16	2 748,14			58 078,30
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	0,00				0,00
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	64 603,91	2 748,14			67 352,05
Valor líquido	129 021,44	-1 777,42			127 244,02

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf.VAbate	Saldo final
Activos intangíveis					
Programas de computador	60 562,74	503,74			61 066,48
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	124 759,58				124 759,58
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	194 596,07	503,74			195 099,81
Depreciações					
Programas de computador	58 078,30	1 137,15			59 215,45
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	0,00	12 475,96			12 475,96
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	67 352,05	13 613,11			80 965,16
Valor líquido	127 244,02	-13 109,37			114 134,65

8. ACTIVOS TANGÍVEIS

a) Conforme foi referido na nota 3, os activos fixos tangíveis encontram-se mensurados de acordo com o método do custo, correspondendo a quantia escriturada ao seu custo deduzido de depreciações acumuladas e de quaisquer perdas por imparidade existentes.

b) Os elementos do activo fixo tangível são depreciados pelo método da linha recta.

c) As depreciações do período foram calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Activos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	44 anos	2,28%
Equipamento básico	6 a 12 anos	6,25% a 12,50%
Equipamento de transporte	8 anos	12,50%
Equipamento administrativo	6 a 16 anos	6,25% a 16,67%
Outros activos fixos tangíveis	10 a 20 anos	5% a 10%

d) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf.\Abate	Saldo final
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	119 011,53	2 027,75			121 039,28
Equipamento básico	2 794,08				2 794,08
Equipamento de transporte	76 519,02				76 519,02
Equipamento Administrativo	117 146,56	5 091,17			122 237,73
Outros activos	11 545,79				11 545,79
	327 016,98	7 118,92			334 135,90
Depreciações					
Edifícios e outras construções	73 858,55	2 814,85			76 673,40
Equipamento básico	2 794,08				2 794,08
Equipamento de transporte	44 870,83	6 500,00			51 370,83
Equipamento administrativo	92 008,03	7 669,90			99 677,93
Outras depreciações	8 061,90	473,28			8 535,18
	221 593,39	17 458,03			239 051,42
Valor líquido	105 423,59	-10 339,11			95 084,48

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf.\Abate	Saldo final
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	121 039,28				121 039,28
Equipamento básico	2 794,08				2 794,08
Equipamento de transporte	76 519,02	22 430,22	24 519,02		74 430,22
Equipamento Administrativo	122 237,73	1 929,58			124 167,31
Outros activos	11 545,79				11 545,79
	334 135,90	24 359,80	24 519,02		333 976,68
Depreciações					
Edifícios e outras construções	76 673,40	2 814,85			79 488,25
Equipamento básico	2 794,08				2 794,08
Equipamento de transporte	51 370,83	8 602,83	21 454,16		38 519,50
Equipamento administrativo	99 677,93	7 370,42			107 048,35
Outras depreciações	8 535,18	473,28			9 008,46
	239 051,42	19 261,38	21 454,16		236 858,64
Valor líquido	95 084,48	5 098,42	3 064,86		97 118,04

No período foi alienada a viatura com matrícula 64-EI-97.



9. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016, a Medibroker detém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Valor de Aquisição	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico
Terrenos e Recursos Naturais			
Edifícios e Outras Construções			
Equipamento Básico			
Equipamento de Transporte	22 430,22	2 102,83	20 327,39
Equipamento Administrativo			
Outros Activos Fixos Tangíveis			
Activos Fixos Tangíveis em Curso			

Locações	2016				2015			
	Activos intangíveis	Activos fixos tangíveis	Propried. de invest.	Total	Activos intangíveis	Activos fixos tangíveis	Propried. de invest.	Total
Quantia bruta escriturada inicial		22 430,22		22 430,22				
Depreciações/Amortizações acumuladas		2 102,83		2 102,83				
Perdas por imparidade e reversões								
Quantia líquida escriturada final		20 327,39		20 327,39				
Total dos futuros pagamentos mínimos		17 232,40		17 232,40				
Até um ano		5 164,23		5 164,23				
De um a cinco anos		12 068,17		12 068,17				
Mais de cinco anos		0,00		0,00				
Valor actual do total dos futuros pag. mínimos		16 619,44		16 619,44				
Até um ano		4 850,94		4 850,94				
De um a cinco anos		11 768,50		11 768,50				
Mais de cinco anos		0,00		0,00				
Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período		305,06		305,06				



10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Conforme é referido na nota 3, os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Gastos e perdas de financiamento	2016	2015
Juros suportados	7 158,20	14 796,57
Total	7 158,20	14 796,57

11. IMPARIDADE DE ACTIVOS

11.1. Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades acumuladas	2016	2015
Dívidas a receber – Clientes		
Saldo a 1 de Janeiro	22 154,21	7 065,05
Perdas	18 629,85	17 097,95
Reversões		-2 008,79
Regularizações	-3 161,09	
Saldo a 31 de dezembro	37 622,97	22 154,21
Dívidas a receber – Outros Devedores		
Saldo a 1 de Janeiro		
Perdas		
Reversões		
Regularizações		
Saldo a 31 de dezembro	0,00	0,00

A sociedade procedeu no exercício ao desreconhecimento de saldos de clientes, no valor global de 3 161,09 euros, no seguimento de processos administrativos de dissolução.

12. RÉDITO

12.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.



12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de vendas e serviços prestados, detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Vendas		
Venda de mercadorias		
Vendas de produtos acabados e intermédios		
Vendas de subprodutos, desp., resíduos e refugos		
Soma		
Prestações de serviços		
Serviços	764 158,22	704 578,97
Serviços secundários	0,00	0,00
Soma	764 158,22	704 578,97
Total	764 158,22	704 578,97

13. PROVISÕES E GARANTIAS

No exercício não foram identificadas situações que dessem origem ao reconhecimento de provisões e /ou divulgações de activos ou passivos contingentes.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1. Principais componentes de gastos de impostos

Descrição	2016	2015
Resultado antes de imposto	64 012,00	50 356,04
Imposto corrente	-17 435,99	-3 002,20
Imposto diferido	0,00	-10 168,31
Imposto sobre o rendimento do período	-24 741,44	-19 736,30
Tributações autónomas	-7 305,45	-6 565,79
Imposto a pagar	-14 149,40	-6 324,21

14.2. Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Medibroker encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC à taxa normal de 17% na parte da matéria colectável que não ultrapassa os 15 000,00 euros e 21% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Medibroker de 2012 a 2016 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.



Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/ (rendimentos) de impostos		2016			2015		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável (eis)	Resultado líquido do período	39 270,56			30 619,74		
	Gastos/ (rendimentos) de impostos	24 741,44			19 736,30		
	Resultado antes de impostos	64 012,00			50 356,04		
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar	18 888,46			5 163,50		
	A deduzir	1 659,05			62,50		
	A acrescentar						
	A deduzir						
Lucro/ (Prejuízo fiscal)		81 241,41			55 457,04		
Dedução de perdas fiscais					38 819,93		
Benefício fiscal		243,33			723,45		
Matéria colectável/ colecta		15 000,00	17%	2 550,00	15 000,00	17%	2 550,00
Matéria colectável/ colecta		66 241,41	21%	13 910,70	1 637,11	21%	343,79
Outras componentes do imposto	Tributação Autónoma	48 938,85	14,93%	7 305,45	43 679,91	15,03%	6 565,79
	Derrama	81 241,41	1,50%	1 218,62	55 457,04	1,50%	831,86
Imposto corrente		211 421,67	11,70%	24 741,44	115 774,06	8,89%	9 567,99

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Clientes e Outros créditos a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Clientes" e "Outras créditos a receber" são registadas pelo valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável.

As rubricas de clientes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhadas conforme segue:

Clientes	2016	2015
Activo		
Clientes conta corrente	39 001,49	50 491,45
Clientes de cobrança duvidosa	37 622,97	22 154,21
Soma	76 624,46	72 645,66
Perdas por imparidade acumuladas	-37 622,97	-22 154,21
Total líquido	39 001,49	50 491,45
Passivo		
Adiantamento de clientes	1340,72	3 978,80
Total	37 660,77	46 512,65

As rubricas de outras créditos a receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhadas conforme segue:

Descrição	2016	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	384,48	2 351,96
Pessoal	1 292,04	1 292,04
Outros devedores	50 548,54	46 622,68
Total líquido	52 225,06	50 266,68



15.2 Financiamentos Obtidos

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os empréstimos de financiamento, encontram-se registados pelo seu valor nominal (método do custo). Pontualmente poderão ocorrer situações de mensuração pelo método do custo amortizável (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva), desde que o impacto financeiro decorrente dos diferimentos de pagamento seja considerado material. Tais transacções e saldos serão objecto de divulgação apropriada.

Os financiamentos obtidos vencem juros a taxas de mercado e são totalmente denominados em euros. Os financiamentos obtidos que vencem a médio e longo prazo (passivo não corrente), dizem respeito a locação financeira concedida pelo Banco Popular.

Descrição	2016		2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários				
BIC – Conta caucionada				
B. Popular – C/ caucionada		120 000,00		170 000,00
B. Popular – MLP		7 899,66	10 444,01	20 000,00
Leasing B. Popular	11 768,50	4 850,94		
Participantes de capital				
Total líquido	11 768,50	132 750,60	10 444,01	190 000,00

15.3. Fornecedores e dívidas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Fornecedores" e "Dívidas a pagar" são registadas ao valor nominal.

As rubricas de Fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tinha a seguinte composição:

Fornecedores	2016	2015
Passivo		
Fornecedores conta corrente	5 580,02	6 925,25
	5 580,02	6 925,25

A rubrica de Outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme segue:

Descrição	2016	2015
Fornecedores de investimento		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	41 962,30	42 067,66
Juros a liquidar	1 290,05	2 432,85
Outros	6 430,88	6 734,87
Soma	49 683,23	51 235,38
Outros credores (inclui pessoal)	232 726,39	138 888,45
Total	282 409,62	190 123,83



15.4. Instrumentos de capital próprio

15.4.1. Capital social

O capital social da Medibroker está representado por cinquenta mil ações ao portador, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

15.4.2 Dividendos

Em 2016, tal como nos últimos anos, a Medibroker não distribuiu dividendos.

15.4.3. Resultados transitados

A Assembleia Geral Anual, realizada em 31 de março de 2016, relativa à aprovação de contas do período de 2015 deliberou que o resultado líquido positivo do período de 2015, de 30 619,74 euros, fosse mantido na rubrica resultados transitados o valor de 23 385,26 e transferido para Reservas Especiais o valor de 7 234,48.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos", detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre rendimento		6 701,45
Retenção de impostos sobre rendimento		
Imposto sobre valor acrescentado		
Total	0,00	6 701,45
Passivo		
Imposto sobre rendimento	14 149,40	6 324,21
Retenção de impostos sobre rendimento	7 329,04	6 454,05
Imposto sobre valor acrescentado		
Restantes impostos	20,50	20,50
Contribuições para a segurança social	14 103,47	12 369,60
Total	35 602,41	25 168,36

16.2. Diferimentos

As rubricas de diferimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhadas conforme segue:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 265,52	5 307,34
Outros gastos diferidos	2 116,73	2 069,51
Total	7 382,25	7 376,85
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

Total	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------

16.3. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Outros rendimentos", detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em sub., assoc. e emp. conj.		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financ.		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financ.		
Outros	799,45	330,85
Juros, dividendos e rendimentos similares	9,15	8,55
Total	808,60	339,40

16.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "fornecimentos e serviços externos", detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Subcontratos		
Serviços especializados	70 844,44	62 094,85
Materiais	11 856,45	12 229,57
Energia e fluidos	18 102,21	16 762,63
Deslocações, estadas e transportes	4 937,60	1 728,65
Serviços diversos	68 637,17	69 739,75
Total	174 377,87	162 555,45

16.5. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Gastos com pessoal", detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	52 013,20	51 930,65
Remunerações do pessoal	287 527,75	281 872,37
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	73 634,35	70 704,06
Seguros de acidentes no trabalho e doença profissional	2 298,63	2 962,25
Gastos de acção social	10 642,80	10 201,70
Outros gastos com o pessoal		
Total	426 116,73	417 671,03

No presente período, o número médio de trabalhadores que a Medibroker teve ao seu serviço foi de 16 pessoas (em 2015 também tinha sido de 16).



16.6. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Outros gastos", detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Impostos	16 131,31	14 960,25
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	64,86	
Outros	25 603,82	9 472,20
Total	41 799,99	24 432,45

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

17.1. Autorização para emissão

As presentes demonstrações financeiras foram nesta data aprovadas pela Administração e serão submetidas a apreciação e eventual aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral a realizar para o efeito.

17.2. Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.

18. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção foi determinado conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Resultado líquido	39 270,56	30 619,74
Nº médio ponderado de acções em circulação	50.000	50.000
Resultado por acção básico	0,79	0,61

19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, informa-se que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Medibroker não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, a Administração informa que os honorários totais facturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais ascenderam a 5 850,00 (inclui 2 250,00 relativos a 2015). Não foram facturados quaisquer honorários relativos a outros

serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal ou outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

Nos termos do artigo 27º do Código Fiscal ao Investimento está previsto o Incentivo Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) que constitui um regime de incentivos fiscais ao investimento para PME's, que reinvestam lucros retidos em aplicações relevantes, desde que criem para tal uma reserva especial. O valor do benefício fiscal a conceder corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante até 10 % dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de dois anos contado a partir do final do período de tributação a que correspondam os lucros retidos.

Essa dedução será efetuada na liquidação de IRC respeitante ao período de tributação de 2016 e até à concorrência de 25 % deste imposto.

O valor do incentivo fiscal deduzido no período de 2016 foi de 243,33 euros.

20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Excepto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentadas em euros.

20.1. Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A Medibroker reconhece o rédito/remunerações de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece as comissões auferidas das Empresas de seguros apenas quando se verifica sua cobrança ou quando são disponibilizadas pelas mesmas, respeitando o princípio da especialização do exercício.

Os recibos em cobrança confiados pelas Empresas de seguros à Medibroker, para que esta proceda à sua cobrança, não são objecto de tratamento contabilístico. Apenas originam movimentos contabilísticos após a sua cobrança.

Todas as remunerações relativas a prestações de contas às seguradoras efectuadas até 31 de dezembro de 2016, estão devidamente reflectidas nas nossas contas deste período.

20.2. Remunerações recebidas

Comissões	764 158,22
Honorários	0,00
Outras remunerações	0,00
TOTAL	764 158,22

Nota: A Medibroker apenas recebeu remunerações em numerário.

20.3. Remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados pela Medibroker


20.3.1. Desagregados por ramo vida e não vida

Empresas de seguros	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Comp. de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.	453,64	95 216,64	95 670,28
Império Bonança – Comp. de Seguros, S. A.	239,89	4 905,11	5 145,00
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.		59 498,37	59 498,37
Zurich Insurance		18 018,04	18 018,04
Victoria – Seguros, S. A.		39 220,41	39 220,41
Comp. de Seguros Tranquilidade, S. A.		90 900,94	90 900,94
Zurich – Companhia de Seguros Vida, S. A.	3 342,56		3 342,56
Generali – Companhia de Seguros, S. A.		42 853,56	42 853,56
Generali Vida – Companhia de Seguros, S. A.	648,44		648,44
Real Vida Seguros, S. A.	3 169,19		3 169,19
Companhia de Seguros Açoreana, S. A.	307,56	12 194,26	12 501,82
Credito Y Cauçion, S. A.		324,00	324,00
Ageas Portugal – Comp. Seguros de Vida, S. A.	7 058,33		7 058,33
Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S. A.		169 648,28	169 648,28
Comp. de Seguros Allianz Portugal, S. A.	160,48	49 505,03	49 665,51
Eurovida – Comp. de Seguros de Vida, S. A.	3 917,43		3 917,43
Caravela - Comp. de Seguros, S. A.		7 054,83	7 054,83
AIG Europe Limited		3 110,48	3 110,48
Groupama Seguros, S. A.		79,65	79,65
Liberty Seguros, S. A.		19 058,13	19 058,13
T-Vida – Companhia de Seguros, S. A.	5 227,45		5 227,45
Groupama Seguros de Vida, S. A.	10,32		10,32
Médis - Comp. Port. Seguros de Saúde, S. A.		1 736,48	1 736,48
Mapfre Seguros Gerais, S. A.		10 710,81	10 710,81
Victoria - Seguros de Vida, S. A.	1 754,84		1 754,84
Ocidental - Comp. Port. de Seguros, S. A.		83 178,46	83 178,46
Innovarisk, Lda		9 053,82	9 053,82
Mapfre Vida	472,88		472,88
Europ Assistance		10,01	10,01
Ocidental Vida	157,50		157,50
Catlin Europe, SE		16 977,33	16 977,33
QBE Insurance (Europe)		1 499,59	1 499,59
MGEN		304,34	304,34
TOTAL	26 920,51	735 058,57	761 979,08

20.3.2. Desagregados por origem

Empresas de seguros	761 979,08
Outros mediadores	2 179,14
Outros clientes	0,00
TOTAL	764 158,22

20.4. Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira



AGEAS PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	22,26%
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL, S. A.	12,56%
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S. A.	11,93%
OCIDENTAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	10,92%
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	7,81%
COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S. A.	6,52%
GENERALI – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	5,62%
VITORIA SEGUROS, S. A.	5,15%

20.5. Valores das contas clientes

Saldo Inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo Final
119 193,09	4 420 252,42	4 313 375,06	226 070,45

A Medibroker movimenta os fundos recebidos dos tomadores de seguros para entregar às Empresas de seguros através de uma conta específica “conta clientes” do banco popular.

20.6. Contas a receber e a pagar

	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguros	76 624,46	1 340,72
Empresas de seguros	43 395,57	229 172,18
Outros mediadores	0,00	0,00
Cientes	0,00	0,00
TOTAL	120 020,03	230 512,90

No saldo bruto de contas a receber de tomadores de seguros no valor de 76 624,46, não está reflectida a imparidade no valor de 37 622,97.

20.7. Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar


	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as Empresas de seguros para pagamento de prémios	0,00	1 340,72
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as Empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0,00	229 172,18
Fundos que lhe foram confiados pelas Empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0,00	0,00
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	43 395,57	0,00
Outras quantias	76 624,46	0,00
TOTAL	120 020,03	230 512,90

20.8. Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Contas a receber sem imparidade

	Até 90 dias	>90 e <180 dias	>180 e <270 dias	>270 dias	TOTAL
Tomadores de seguros	37 330,42	981,60	106,39	583,08	39 001,49
Empresas de seguros	43 395,57	0,00	0,00	0,00	43 395,57
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	80 725,99	981,60	106,39	583,08	82 397,06

Contas a receber com imparidade



	Até 90 dias	>90 e <180 dias	>180 e <270 dias	>270 dias	TOTAL
Tomadores de seguros	0,00	0,00	0,00	37 622,97	37 622,97
Empresas de seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	37 622,97	37 622,97

20.9. Garantias colaterais

Garantia bancária de 29-08-2008 no valor de 18.833,00 prestada a favor do ISP (actual ASF), prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 19º do DL 144/2006, de 31/7, com a redacção alterada pelo DL nº 359/2007 de 2/11.

20.10. Transmissões de carteiras de seguros

Não aplicável.

20.11. Contratos cessados com Empresas de seguros e indemnizações de clientes

Não aplicável.

20.12. Natureza de obrigações materiais

Não aplicável.

20.13. Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

AGEAS PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	22,26%
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL, S. A.	12,56%
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S. A.	11,93%
OCIDENTAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	10,92%
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	7,81%
COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S. A.	6,52%
GENERALI – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	5,62%
VITORIA SEGUROS, S. A.	5,15%

20.14. Valor dos fundos recebidos pelo corretor

Transferência de valores (prêmios) para entrega às Empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	0,00
--	------

Vila Nova de Gaia, 27-02-2017


O Contabilista Certificado


A Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 dezembro 2016 (que evidencia um total de 578.388 euros e um total de capital próprio de 108.936 euros, incluindo um resultado líquido de 39.271 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A. em 31 dezembro 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 março 2017

(Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão, ROC 148), em representação de
Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Fiscal Único de **MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A.**, com sede no concelho de Gaia, apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração em relação ao exercício findo em 31 dezembro 2016.

1. Procedemos, nos termos legais e estatutários:

- à fiscalização dos atos da Administração, através de reuniões e consulta de atas, e dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos da mesma e dos serviços;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato da sociedade;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão consideradas adequadas nas circunstâncias, da atividade e dos negócios da sociedade, documentos, regularidade dos registos e livros de escrituração, bem como da existência dos principais ativos;
- à avaliação sobre se as políticas contabilísticas e critérios de valorimetria/mensuração adotados pela sociedade estão de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- à avaliação da eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração;
- à fiscalização do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- à verificação da exatidão do Balanço, da Demonstração dos resultados por naturezas, da Demonstração das alterações no capital próprio e da Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o respetivo Anexo;
- à apreciação do Relatório de Gestão emitido pela Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele inserta;
- à emissão nesta data da Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- os atos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato da sociedade;
- a atuação do sistema de controlo interno implementado pela Administração afigura-se-nos adequada e eficaz no controlo dos riscos a que a sociedade está exposta;
- a contabilidade e as contas satisfazem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, refletem a atividade desenvolvida e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão é concordante com as contas apresentadas e expõe com fidelidade a evolução da atividade e dos negócios no exercício;
- a proposta de aplicação de resultados é adequada e encontra-se devidamente fundamentada.



3. Podemos assim declarar:

- a nossa concordância com o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 apresentadas pela Administração;
- que tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação financeira divulgada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo, somos de parecer que:

- sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 apresentados pela Administração;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 14 março 2017

(Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão, ROC 148) em representação de
Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.